

Governo dividido em duas alas

Conselhos de Ministros consumidos com exaustivas exposições de Pintassilgo

Um factor subalternizado com os dois Governos de independentes que o precederam em favor da questão da "confiança presidencial", abate neste momento os da já si frágeis alicerces deste Executivo, o quinto constitucional. De facto, trata-se, agora, da divisão existente a nível do Conselho de Ministros, referida também aquando da Nobre da Costa e Mota Pinto, mas que assume desta vez foros ainda não atingidos. Causa sem tempo, mesmo para cair, o Governo da Maria de Lurdes Pintassilgo sofre, assim, mais uma limitação, à sua capacidade de acção, tão calorosamente defendida pela Primeira-Ministra como imagem de marca para a sua passagem pelo poder.

Aliás, os Conselhos de Ministros, já de si crescentemente marcados pelas divisões a respeito de diversas questões, estariam a ser "perturbados" pela loquacidade da Maria de Lurdes Pintassilgo, qualidade a que junta um certo autoritarismo, bem patente já por várias vezes em "aparições" públicas. Mesmo o ministro da Administração Interna, Costa Brás, considerado muito próximo da Primeira-Ministra e do seu projecto político, estaria já a sofrer os efeitos de desastoso oratório das reuniões, parecendo mostrar-se cansado do estilo adoptado.

Estos alguns dos elementos que se podem juntar às notícias divulgadas nos últimos dias por vários órgãos de comunicação e que, apesar de todos os desmentidos também divulgados, como é habitual neste tipo de situações, estão amplamente confirmadas nas suas linhas gerais. Refira-se, apenas, e ainda como complemento, que círculos políticos bem infor-

maados aventam até a possibilidade do "caso" Sousa Franco ser inspirado pelo próprio, que pretenderia assim aplanar o terreno para uma sua possível saída. O ministro das Finanças procuraria, pelo menos, demarcar-se do Executivo enquanto é tempo, sendo apontado em todas as notícias como alinhado pelos "moderados", ou mesmo conservadores, como lhes chama um jornal afecto ao PC.

POSSÍVEIS PONTOS DE ATRITO

No seu caso específico, a obediência ao espírito acordado com o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial e as recentes medidas de carácter social, como o aumento do salário mínimo nacional, seriam os pontos principais de atrito com uma parte do Executivo a que pertença, em particular com a Primeira-Ministra. Talvez agora, ao que se reve-

la com sete declarações de voto de vencido (que colmariam a falta de actas do Conselho de Ministros, substituídas por documentos-resumo das reuniões), o antigo militante do PSD, de que chegou a ser "no. 2", e actual figura de destaque da ASDI, se tenha lembrado das declarações tão peremptórias que fez sobre a política, escassas semanas antes de aceitar o seu lugar neste Governo.

A IMAGEM DE FRAGILIDADE

Ao "lado" de Sousa Franco, na sua linha, adoptando posições também classificadas como "moderadas" em relação às orientações preponderantes no Executivo, estariam, nomeadamente, os ministros da Indústria e do Comércio e Turismo. Entre os pontos de discordância, para além dos já citados, algumas desintervenções, as entregas

o que era "espantoso era que todos pensassem de igual modo". Claro que o que seria, sim, espantoso é que fossem os ministros a reconhecer as divergências que os opõem, deixando transparecer uma imagem de fragilidade que ainda os exporia mais aos adversários. E para o ministro João Finelaredo tudo não passará de "manobra, para lhes não chamar de calúnia".

Sousa Franco não desmente

O ministro Sousa Franco, ao regressar de Belgrado, ontem, participou na reunião anual do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, não confirmou nem desmentiu as notícias sobre as divergências no seio do Governo, limitando-se a referir que não estava presente no Conselho de Ministros e que recebeu o novo salário mínimo, adiantando, porém, que alertara os seus colegas para os efeitos inflacionistas da medida.

Sousa Franco admitiu, por outro lado, ser "extremamente favorável" a posição financeira portuguesa em termos de meios de pagamentos ao exterior, resultantes das reservas de ouro de que ainda se dispõe e foram acumuladas com os maiores sacrifícios dos portugueses, embora parte delas tenha sido consumida ou comprometida pelo desvairement revolucionário. Para o ministro, a questão prioritária é a de reduzir os défices dos serviços estatais e públicos, bem como o fenómeno inflacionista, já "acima do limite tolerável para um País com uma economia como a nossa".

Isolado por Maria de Lurdes Pintassilgo, que lhe retirou assim, e retirou, poder de decisão em áreas que considerava da sua competência, meditará provavelmente sobre o nojo em que política se transformou em Portugal, como lucidamente dissera à "saída" do PSD. Simplesmente, a intenção que lhe é atribuída deve efectivamente limitar-se à demarcação do Executivo, uma vez que é pouco crível que haja demissões a poucas semanas do Governo cair por si próprio. Claro que a "manobra", a resultar, pode também minar os "pontes" com o PS, tão cuidadosamente elaborados, com os socialistas forçados a apoiar as posições mais à esquerda dos ministros mais à esquerda do Governo.

de reservas, a ITT e os recentes acontecimentos no Alentejo seriam os mais importantes pontos de atrito.

Aliás, em relação aos aumentos decretados recentemente, recorda-se que foi a própria Maria de Lurdes Pintassilgo, em declarações promocionais a Fernando Baião, através do 10. canal da televisão, a admitir a inevitável divergência de pontos de vista.

Agora, como reacção às notícias, três ministros e a Primeira-Ministra vieram em coro dizer que não, que não há divergências, que o "Governo é colegial e constituído por dezasseis pessoas", vide Correia Gago. O titular da Coordenação Económica e do Plano achou, mesmo, que

Sousa Franco EM BELGRADO

O ministro das Finanças, que entretanto se deslocou a Belgrado — também o seu colega e titular do Comércio e Turismo, Pereira Magro, se ausentou para Bagdad — não quis deixar de marcar a posição de Portugal num discurso que pronunciou, na Jugoslávia, no que diz respeito às três organizações do Banco Mundial (da que é por rotação, governador).

Salientou, assim, o papel importante desempenhado pelas três organizações do banco, relativamente aos problemas do desenvolvimento, concluindo que, "como representantes de um país empenhado em profundas transformações económicas e sociais, cujo êxito depende largamente do contexto internacional", não podia deixar de colocar a "maior esperança na prossecução dos objectivos do desenvolvimento económico e da criação de uma nova ordem económica mundial".

Referiu-se, também, na altura, à situação portuguesa actual, congratulando-se com a melhoria da balança de pagamentos após os acordos assinados em 1978 com o FMI.

Mas não se eximiu, contudo, e algumas críticas à "vaga crescente do proteccionismo", afirmando que as novas barreiras impostas pelos países industrializados não se justificam e que atingem sectores "particularmente sensíveis" dos países em vias de desenvolvimento.